26 Março 75

TL 7363-1

2+3

1- SUMÁRIO DO TRABALHO REALIZADO PELO GCRET.

Foi sempre desejo do GCRET ser um grupo coordenador do trabalho e das opiniões de todos aqueles que quizessem e pudessem dar o seu contributo para a reformulação do ensino em Timor. Para isso manteve-se sempre aberto às críticas e sugestões de quem as quizesse dar. Com igual objectivo organizou inúmeras reuniões, com professores e com alunos, de que destacamos as seguintes:

- De 1 a 7 de Fevereiro - Semana do Ensino Secundário.

  Durante essa semana houve reuniões diárias, com professores e alunos do Liceu e da Escola Técnica, sobre a reformulação do ensino em Timor.

  A fim de lançar o trabalho dessa semana, o GCRET elaborou um texto de base com o título: "Pensar nos Problemas da Escola é um Direito e um Dever" (ver anexo 1). Este texto foi lido pelo GCRET, no dia 1/2 aos professores do Liceu e da Escola Técnica, numa reunião preparatória de semana.

  Foi depois lido igualmente em reuniões gerais no dia 3/2, aos professores e alunos do Liceu, da parte de manhã, e aos professores e alunos da Escola Técnica, da parte de tarde.

  Nos dias seguintes realizaram-se reuniões por turmas, com a colaboração de maior parte dos professores do Liceu e de escola técnica, e depois reuniões por assuntos, tendo em conta as propostas apresentadas pelos alunos e o inquérito elaborado pelo GCRET a partir dessas propostas (anexo 2).

  A semana encerrou com a projecção de dois filmes sobre aspectos da vida em Timor (Pescadores de Díli e cultura do café perto de Aileu).

- De 17 a 22 de Março - semana do Ensino Primário.

  Esta semana, organizada de colaboração com a UNAEPTIM, (União Nacional dos Agentes do Ensino Primário de Timor) contou com a presença de cerca de 50 agentes do ensino primário, de Díli e do interior. Constou de uma séria de reuniões de debate sobre o ensino primário em Timor, e incluiu 3 conferências sobre "Higiene e Saúde Pública", "Agricultura em Timor" e "Planeamento Económico previsto para Timor".

  A fim de lançar o trabalho da semana o GCRET elaborou um questionário que se reproduz, com pequenas alterações, no relatório-inquérito que se elaborou no fim da semana e se enviou a todos os agentes do ensino primário de Timor (ver nexo 3).

Além destas "semanas" de debates, teve o GCRET várias reuniões com professores e com alunos da Escola de Habilitação de Professores de Posto "Engº Canto Resende", algumas reuniões com professores do Ciclo Preparatório de Díli, e com professores e alunos da Escola de Artes e Ofícios de Díli.

Houve a preocupação, ao levar a cabo estas reuniões, de perturbar o mínimo possível as aulas em curso. Assim a semana do Ensino Secundário realizou-se numa altura em que, por proposta de CRIQ (Comissão para a Reestruturação Imediata do Quadro) não haveria aulas, devido à saída de quase todos os professores militares do ensino. A semana do Ensino Primário teve lugar durante a 1ª semana de férias de Páscoa.

Assinalamos o interesse crescente que uma e outra semana suscitaram na maior parte dos participantes. De assinalar também o desinteresse dalguns, que souberam mais tarde queixar-se de não serem ouvidos, e não souberam comparecer quando foram convidados para esse efeito.

Registamos também, com certa mágoa, algumas atitudes alarmistas e até afirmações públicas falsas, registadas nas primeiras semanas do nosso trabalho, visando desacreditá-lo.

De salientar sobretudo o alheamento em relação ao trabalho do GCRET dos delegados dalguns dos partidos políticos. Oportunamente pusémos o problema aos respectivos comités centrais. Apesar do interesse prometido pelas mesmas a situação não melhorou até à data.

...//...

C. I. D. A. C.
Rua Pinheiro Chagas,
77, 2.º, Esq. LISBOA

Além de reuniões com professores e com alunos, o GCRET contactou por várias vezes com os Serviços de Agricultura, Obras Públicas, Saúde, Veterinária e outros, e com o Gabinete de Planeamento Económico. Duma maneira geral todos estes contactos foram de grande utilidade, tendo o GCRET encontrado sempre uma boa receptividade de parte dos respectivos responsáveis.

De salientar também uma visita extremamente proveitosa à Escola de Artes e Ofícios e de Práticas Agrícolas da Missão Salesiana de Fatumaca.

Nessa Escola, a vários títulos exemplar, pudémos ver como era possível realizar uma escola quase auto-suficiente, de ponto de vista alimentar.

Na sequência dessa visita continuaram os contactos, mediante os quais a escola de Fatumaca tem dado uma colaboração muito positiva e útil ao trabalho do GCRET.

Um problema que absorveu uma parcela muito significativa (e até muito exagerada?) do tempo do GCRET, foi o completamente dos quadros docentes do Liceu, da escola técnica e da escola de artes e ofícios e dos ciclos preparatórios (de Díli e do interior). A tarefa competia, em princípio, à CRIQ. Mas, conforme fora previsto, a CRIQ só funcionou durante cerca de 15 dias. Ora nesse curto espaço de tempo não foi possível arranjar solução para todos os problemas resultantes da saída do ensino dos professores militares.

Com o objectivo de diminuir ao mínimo possível a perturbação provocada no ensino em curso, o GCRET tomou a seu cargo a solução desses casos que, por serem de difícil solução, a CRIQ não tinha podido resolver. A tarefa foi ingrata dada a falta de pessoas habilitadas, e arrastou-se até ao presente, com o inconveniente de colocar o GCRET na posição incómoda de interromper e atrasar constantemente o seu trabalho, para resolver problemas e ouvir críticas que não lhe diziam respeito. De salientar que, para parte das aulas de Filosofia, ainda não foi possível encontrar professor, apesar das inúmeras tentativas levadas a efeito.

Relacionado com esse trabalho esteve destacado na Comissão de Horários um membro do GCRET que durante 11 dias (de 8 a 18/2) não pode dar qualquer contributo ao trabalho do grupo (com reflexos aliás no proseguimento do mesmo).

Outras tarefas têm ocupado igualmente o GCRET. Sem pretendarmos ser exaustivos, citamos só mais duas: - o ensino de "Introdução à Política", que obriga a frequentes contactos com os possíveis conferencistas; e a assistência às pessoas ou grupos que solicitaram nossa colaboração relativamente às Comissões de Gestão.

No âmbito da missão do GCRET é de referir uma carta dirigida à Unesco, a pedir a sua colaboração para a descolonização de Timor nos domínios da Educação e Cultura. Em resposta a Unesco prometeu enviar um funcionário seu a Timor ainda durante o corrente mês de Abril.

Foram também enviadas cartas ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), ao MCI (Ministério de Coordenação Interterritorial) e ao Instituto de Tecnologia Educativa.

Conforme se previa no despacho de nomeação o GCRET teve um contacto permanente, quase diária, com a Comissão Coordenadora da MFA de Timor.

A informação directa ao Governo não foi frequente. Os principais elementos de informação foram:

a) O pedido, devidamente justificado, de inclusão de verbas destinadas à reestruturação do ensino, no orçamento do Plano de Fomento para 1975, que foi feito em 20/3/75, e a reunião que, Sua Excelência o Governador de Timor teve com o GCRET em 24/3, sobre o assunto;

b) A exposição feita em 9 de Abril, relativa à coorperação técnica, económica e financeira que segundo o GCRET, seria desejável obter de organismos internacionais e países estrangeiros.

Correspondendo aos pedidos que lhe foram formulados, o GCRET teve um reunião com um grupo de senadores e parlamentares australianos que se deslocaram a Díli. Estes mostraram-se bastante interessados em conhecer os problemas e necessidades relacionadas com o ensino em Timor.

C.I.D.A.C.
Rua Pinheiro Chagas
77 2.º Esq. LISBOA

2 - SITUAÇÃO ACTUAL DO ENSINO EM TIMOR PRINCIPAIS PROBLEMAS

Em Timor, até cerca de 1960 o Estado quase nada tinha feito no domínio do ensino. A maior parte das escolas então existentes eram das missões. Até 1964 os Agentes do Ensino Primário formavam-se na Escola de Professores catequistas, pertencente à Diocese, que em 1965 deu origem à Escola de Habilitação de Professores de Posto "Engº. Canto Resende", com participação simultânea da Diocese e do Governo de Timor.

Havia então também ensino liceal, quer no seminário quer no Colégio - Liceu de Díli. Este último deu origem ao Liceu Dr. "Francisco Machado em 1960. Em 1961 realizaram-se em Díli os primeiros exames do 7º ano. Em 1963/64 houve, pela primeira vez, alunos a frequentar o 7º ano no Liceu de Díli.

A Escola Técnica só foi criada há pouco mais de 3 anos. Os primeiros cursos saíram no fim do ano lectivo de 1973/74 (Curso Geral de Administração e Comércio e Curso de Electricidade). Em 1973/74, abriram também os cursos de Serralharia Mecânica e Construção Civil.

A única escola agrícola actualmente existente começou a funcionar na Missão Salesiana de Fatumaca em 1968/69 os 19 primeiros Capatazes Agrícolas acabaram o curso em 1971.

Em 1971/72 iniciou-se o ensino de Artes e Ofícios, em Fatumaca Também, com os cursos de Carpintaria - Marcenaria e Serralharia Mecânica. O ensino Oficial de Artes e Ofícios teve início em Díli em 1973/74, com reduzido número de alunos, nas especialidades de Mecânica, Composição Tipografia e Encadernação. Até ao momento presente a Escola Oficial de Artes e Ofícios,de Díli, não dispõe de instalações próprias, funcionando as aulas teóricas numa sala do Liceu, eventualmente livre.

Como já dissémos, em 1960 havia muito poucas escolas do estado. Na década de sessenta o seu número foi aumentando, mas é sobretudo a partir de 1972/1973 que esse aumento se torna mais acentuado, podendo-se considerar que nos dois anos lectivos passados se verificou uma autêntica explosão escolar.

Infelizmente não podemos confiar muito nas estatísticas disponíveis nos Serviços de Educação. Apesar de tudo transcrevemo-las, nos quadros I e II pois permitem fazer uma vaga ideia da evolução registada nos últimos onze anos (quadro I) e comparar a frequência escolar do Ensino Oficial, das Escolas de Acção Social do Exército e das Escolas das Missões (quadro II).

De notar, no quadro I, a elevada proporção de alunos para cada professor (cerca de 71/professor em 1973/74. É possível que o número de alunos a frequentar o ensino primário fosse de facto menor do que o constante na estatística, e que a proporção seja menor também.

No quadro II, aos valores fornecidos pelos Serviços de Educação para 1973/74, juntamos os dados fornecidos pelos Serviços de Estatística da Repartição de Gabinete relativos à distribuição de população, por concelho, em 1973. Da comparação dos números colhidos nos dois lados resultam percentagens da população escolar sobre população em geral extremamente elevadas, em Aileu e sobretudo em Díli, que não sabemos explicar completamente, apesar de haver famílias com grande número de filhos em idade escolar.

Os quadros seguintes (III a X) contêm elementos estatísticos mais seguros do que os dos 2 primeiros quadros. Eles são suficientemente claros para dispensar qualquer observação suplementar.

De 1973/74 para 1974/75 o número de escolas pouco aumentou, e é provável que o número de alunos tenha diminuido alguma coisa em consequência da quebra verificada na autoridade tradicional, a seguir ao 25 de Abril.

Para manter este ensino em funcionamento o Orçamento Ordinário de 1975 prevê um dispêndio de cerca de 28 mil contos, distribuidos de acordo com o quadro XI.

QUADRO I - EVOLUÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO OFICIAL E PARTICULAR
(CLASSE PRÉ - PRIMÁRIA INCLUIDA)

Ano lectivo	Número de alunos	Número de agentes do ensino	Taxa de escolarização %
1963/64	14.228	411	
64/65	18.403	386	
65/66	13.488	450	
66/67	20.813	467	
67/68	23.059	490	
68/69	27.299	513	
69/70	29.382	559	
70/71	33.115	662	27
71/72	36.208	637	31
72/73	60.233	1100	52,8
73/74	94.689	1336	77

QUADRO II - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PRIMARIO
NO ANO LECTIVO DE 1973/1974

Concelhos	Crianças em idade escolar (1)	Total da população (2)	% crianças sobre população (1) (2)	Alunos matriculados				taxa de escolização %
				Ensino oficial	Acção social do exército	missões católicas	Total	
Aileu	10.800	39.534	27,31	4.179	1.004	300	5.483	50,7
Ainaro	9.416	50.960	18,47	6.317	652	501	7.470	79
Baucau	14.886	86.026	17,30	10.051	1.180	2.494	13.725	92,2
Bobonaro	12.772	76.581	16,68	9.774	468	912	11.154	87
Cova-Lima	7.870	41.527	18,95	6.055	901	290	7.246	92
Díli	13.130	28.149	46,64	4.605	1.859	2.136	8.600	65
Ermera	10.000	72.019	13,88	4.993	993	708	6.694	66,9
Lautém (Losp.)	6.944	40.103	17,31	4.991	791	547	6.329	91
Liquiçá	8.826	50.900	17,34	4.756	685	125	5.566	63
Manatuto	6.335	35.742	17,72	3.908	402	1.306	5.616	88,6
Oé-Cusse	5.271	26.510	19,88	2.686	885	1.024	4.595	87
Same	6.824	36.058	18,92	4.903	661	310	5.874	86
Viqueque	9.768	62.046	15,74	4.454	1.454	429	6.337	64,8
TOTAIS	122.842	646.155	19,01	71.672	11.935	11.082	94.689	77

QUADRO III - ESCOLAS PRIMARIAS E POSTOS ESCOLARES EM 1973/74

CONCELHO	Números de Escolas			
	Dos Serviços de Educação	Da Acção Social do exército	Da Diocese (missões) relatório de 1973	Total
Aileu	29	7	4	40
Ainaro	33	4	2	39
Baucau	57	9	12	78
Bobonaro	99	8	5	112
Cova-Lima	53	4	2	59
Díli	10	10	4	24
Ermera	40	6	3	49
Lautém (Losp.)	32	7	4	43
Liquiçá	23	5	2	30
Manatuto	32	5	8	45
Oé-Cusse	13	15	3	31
Same	29	3	4	36
Viqueque	28	10	2	40
Total	478	93	55	626

QUADRO IV - AGENTES DO ENSINO PRIMARIO (1974/75) (valores aproximados)

Professores Primários (curso geral dos liceus + 2 anos numa Escola + Magistério Primário. Vencimento mensal de base - 5.225$00)	16
Professores de posto escolar, com curso da Escola "Engº. Canto Resende (4ª classe + 4 anos ou ciclo preparatório + 2 anos, ou monitor escolar com 10 anos de serviço e concurso público. Vencimento base - 3.000$00)	150
Professores de Posto Escolar sem curso, mas com o 5º ano dos Liceus (Curso Geral dos Liceus)	25
Monitores escolares com curso dos Serviços de Educação (4ª classe ou ciclo preparatório + curso intensivo de 2 a 3 semanas nas férias grandes. Vencimento base - 1.590$00. Em princípio não deveriam leccionar 4ª classe. Às vezes são professores de 4ª classe, por falta de Professores de Posto) 839 + 182 que eram pagos pelas Câmaras Municipais =	1.021
Monitores auxiliares (pagos pelos S. de Educação) (Têm apenas a 4ª classe. Escolhidos pelos Administradores. Em princípio deveriam leccionar apenas a classe pré-primária). Ganham cerca de 750$00 por mês)	539
Professores Catequistas da Diocese (4ª classe + 3 anos de Escola de Professores Catequistas que deu lugar à Escola "Engº. Canto Resende". Têm tôdos muitos anos de serviço)	40
Monitores escolares da Diocese (4ª classe + curso intensivo. Vencimen[illegible] pouco inferiores aos pagos directamente pelos S. de Educação, apesar de serem, frequentemente, bons monitores)	117
Professores de Posto e monitores escolares das Escolas da Acção Social do Exército. (Prevê-se/a passagem, em breve, para os Serviços de de Educação)	200
T O T A L	2.108

QUADRO V

DISTRIBUIÇÃO DOS MONITORES AUXILIARES POR CONCELHOS EM 1974/75

Aileu	25
Ainaro	40
Baucau	40
Bobonaro	134
Cova-Lima	37
Díli	-
Ermera	48
Lautém	34
Liquiçá	24
Manatuto	50
Oé-Cusse	10
Same	26
Viqueque	71
Total:	539

QUADRO VI - ALUNOS MATRICULADOS NO CICLO PREPARATORIO DO ENSINO SECUNDARIO EM 1974/1975

Escola do Ciclo	Alunos Matriculados			OBSERVAÇÕES
	1º ano	2º ano	Total	
Díli (oficial)	673	398	1.071	
Externato S.José Díli (particular)	206	128	334	Da Diocese
Ainaro (oficializado)	62	-	62	
Baucau (")	151	37	188	46 dos 151 alunos do 1º ano estudam à "noite"
Bobonaro "	x	y	141	
Lospalos "	90	16	106	
Maubisse "	29	10	39	
Oé-Cusse "	-	23	23	Esteve em riscos de acabar antes de ser oficializado
Ossú "	91	20	111	
Ciclo de Seminário de Dare (particular)	70	32	102	Valores de 1973/74
Fatumaca "	?	?	?	
Ermera "	?	?	?	
Fuiloro "	?	?	?	
Total	1.372 + x	664 + y	2.177	(excepto Fatumaca, Ermera e Fuiloro)

Paralelamente ao Ensino Português, há o ensino das Escolas Chinesas, frequentadas por cidadaõs da Formosa e por cidadãos Porqugueses (Timores) de origem chinesa.

Em Timor há mais de 400 alunos a frequentar as escolas chinesas do interior, distribuidas pelas seguintes povoações (segundo as informações fornecidas pelo reitor da Escola Chinesa de Díli em 5/4/75): - Aileu, Atsabe, Baucau, Bobonaro, Ermera, Lautém, Lete-Foho, Liquiçá, Lopalos, Maliana, Manatuto, Maubisse, Same e Viqueque. Nestas escolas ministra-se o ensino primário de 7 anos (1 ano de pré-primário + 6 anos de primário).

Na Escola Chinesa de Díli há cerca de 800 alunos no ensino primário e mais de 300 no secundário (6 anos de estudos).

QUADRO VII - ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO LICEAL EM 1974/1975

Estabelecimento de Ensino	Curso Geral dos Liceus			Curso complementar		Total
	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	
Liceu de Díli (Francisco Machado)	245	111	71	59	16	502
Externato S. José (Díli)	102	24	27 + 15 por disciplinas = 42	-	-	168
Seminário de Dare	27	23	15	números de 73/74		65
Baucau (só letras)			26			26
Totais	374	158	154	59	16	761

QUADRO VIII - ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA TECNICA DE DILI EM 1974/1975

CURSOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
C. Administração e Comércio (criado há 3 anos; o 1º curso terminou em 73/74	67	38	19	124
C. de Electricidade (o 1º curso terminou em 73/74)	10	15	19	44
C. de Serralheiros mecânicos (criado só há 2 anos)	56	16	-	72
C. de construção civil	67	11	-	78
Totais	200	80	38	318

O ensino assemelha-se ao liceal português, mas os programas são os da Formosa e a língua empregue é o chinês. Os alunos aprendem inglês e português como línguas estrangeiras, e um pouco de história de Portugal nas aulas de língua e História Portuguesa.

As escolas são financiadas pelos pais dos alunos e pelo Governo de Formosa, sem qualquer participação do Governo Português. Os exames de Português são da responsabilidade dos Serviços de Educação, que nomeiam os professores para esse efeito.

Trata-se de um ensino totalmente à parte do das escolas do Estado, do Exército ou das Missões, embora o Estatuto do seu funcionamento tenha sido aprovado pelo Governo Português. O GCRET não apresenta qualquer proposta relacionada com as escolas chinesas, dada a sua total autonomia.

A maior parte dos alunos que, terminado o ensino secundário na Escola Chinesa, proseguiram estudos nas Universidades de Formosa, não regressaram a Timor. Há algumas excepções a esta regra.

QUADRO IX - ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA DE HABILITAÇÃO DE PROFESSORES DE POSTO ESCOLAR "ENGº CANTO RESENDE (DILI)

1º Ano	-	109
2º "	-	74
3º "	-	66
4º "	-	33
TOTAL:		282

QUADRO X - ALUNOS MACRITULADOS NAS ESCOLAS DE ARTES E OFICIOS EM 74/75

ESCOLA	CURSO	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Total
Díli (Oficial)	Mecânica	0	9	0	9
	Composição tipográfica	0	8	0	8
	Encadernação	0	7	0	7
Fatumaca (Missão Salesiana)	Serralharia Mecanica	?	?	?	?
	Carpintaria-~~Marcenaria~~	?	?	?	?
	Prática Agrícola (Capatazes Agrícolas)	?	?	3	?
T O T A L					

QUADRO XI - ORÇAMENTO GERAL, ORDINÁRIO, DA EDUCAÇÃO PARA 1975

- Repartição Provincial dos Serviços de Educação (Inclui cerca de 450 contos para a Escola de Fatumaca e 120 contos para organismos de Juventude)	2.975.330$00
- Liceu "Dr. Francisco Machado"	1.789.030$00
- Escola Industrial e Comercial de Díli	1.895.210$00
- Escolas do Ciclo Preparatório	4.304.700$00
- Escola "Engº Canto Resende" (de Preparação de Professores de Posto Escolar)	863.880$00
- Escolas Primárias	16.054.460$00
- Escola de Artes e Ofícios (de Díli)	210.460$00
T O T A L:	28.093.070$00
Subsídio á Diocese (uma grande parte do subsídio é aplicado para pagar aos professores das escolas das missões. (valor aproximada)	5.300.000$00
T O T A L:	33.393.070$00

Se considerarmos os reforços previsíveis, pode-se dizer que o Estado gasta cerca de 35 mil contos para manter o actual ensino em funcionamento.

Para criar novas salas de aula, novas escolas, reciclar professores e reestruturar o ensino preve-se a inclusão de cerca de 15 mil contos no orçamento do Plano de Fomento. Os gastos do Estado com o ensino, previstos para 1975, totalizam portanto perto de 50 mil contos.

Os quadro estatísticos referidos, e o pouco que se disse até aqui, permitem tirar desde já algumas conclusões:

- O Governo Português só muito tarde se interessou pelo ensino em Timor.
- A preocupação de lançar o ensino liceal precedeu a do ensino técnico.
- O ensino de Artes e Ofícios mereceu muito pouco interesse ao Governo Colonial.
- O ensino agrícola está ainda exclusivamente a carga duma escola particular.
- O ensino em Timor foi, até agora, uma cópia do ensino metropolitano e angolano, desajustado, portanto às realidades e às necessidades de Timor.

Um dos resultados do tipo de ensino ministrado é o desenraízamento dos estudantes. Alguns pais queixam-se, com razão, de que, se mandam os filhos à escola, estes já não querem ajudar na várzea, na horta ou a cuidar do gado. Se prosseguem os estudos secundários, muitos estudantes o que pretendem é vir a ser funcionários públicos, ter uma profissão limpa, cómoda, longe dos problemas de Timor. E, para muitos, o sonho era, e ainda é, ir estudar para a Metrópole... e sabemos quão reduzido é o número dos que foram e voltaram. A maioria não tem querido regressar à sua terra!...

Não nos parece que se devam condenar os estudantes timorenses que assim pensam ou assim fazem, sem primeiro verificar se não era o próprio ensino colonial que a isso conduzia. Vamos, para isso, citar alguns exemplos:

1º exemplo:

Embora o Decreto-Lei nº 45 908, de 10 de Setembro de 1964, diga o seguinte: Artº 2º, § 1º - "A classe pré-primária visa a aquisição do uso corrente da língua nacional e actividades preparatórias da receptividade para o ensino escolarizado. O ensino será oral e basear-se-á em actividades lúdicas e terá como principal finalidade despertar racionalmente na criança as suas faculdades específicas e integrá-la no ambiente mais directo e imediato do seu desenvolvimento".

Na prática a orientação seguida, constante do "Livro do Professor"("Didática das Lições de classe Pré-Primária (1º ano) do Ensino Primário Elementar"), da Direcção Provincial dos Serviços de Educação, de Angola, era bem diferente. Basta citar as recomendações desse livro para as primeiras aulas. Logo na primeira aula da pré-primária "depois de se referir à Pátria e ao amar que todos lhe devemos consagrar, o professor dará um VIVA A PORTUGAL, acompanhado por todos" (pág 30, 1º vol.). Na 2ª aula o Hino Nacional ocupa lugar de relevo.." O professor dirá aos alunos, em linguagem acessível, algumas palavras sobre o Hino Nacional , de maneira a criar, logo de início, no espírito da criança, um sentido de respeito e patriotismo". (...) "Assim, antes de referir e ensinar a posição em que todos se devem pôr (direitos, braços caídos, cabeça erguida), logo que oiçam ou entoem, a criança já terá no seu espírito algo que justifique essa mesma posição" (idem pág. 37). E assim sucessivamente.

Vemos assim que a preocupação de portugalizar, a qualquer preço, se sobrepôs à preocupação de integrar a criança " no ambiente mais directo e imediato do seu desenvolvimento" e que à preocupação de despertar racionalmente na criança as suas faculdades específicas se sobrepôs o cuidado de fazer uma "lavagem ao cérebro" que as levasse a "amar e respeitar "Portugal.

2º Exemplo

O mesmo Decreto-Lei já citado, também prevê o seguinte:

Artº 79º "Os postos escolares e as escolas deverão ser instaladas em edifícios próprios, convenientemente dotados das dependências, material, mobiliário e utensílios necessários".

(...)

§ 2º "O recinto será amplo, compreendendo os terrenos necessários ao recreio e logradouro dos alunos, ao horto e jardim escolares, trecho arborizado de árvores de fruto, espaço livre para jogos de movimento e outras actividades, e será vedado, de preferência com sebe viva, plantado e cuidado pelos alunos".

...//...

Curiosamente os professores eram desanimados de dar cumprimento a este parágrafo 2º e, ao que consta, chegou a haver pressões sobre professores para eles desistirem de pôr os seus alunos a cultivar um horto escolar.

Do programa do curso de habilitação de professores de posto escolar, anexo ao mesmo decreto-lei, constavam 12 horas semanais de ensino de "Práticas de Agricultura e Pecuária; e Trabalho Rurais ou Formação Feminina". Curiosamente também, esse ensino deixou de ser ministrado há já alguns anos na Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar "Engº. Canto Resende".

Deste modo o ensino e a prática agrícola nunca ocuparam o lugar que lhes competia no ensino primário, a não ser em casos excepcionais, em que a dedicação e iniciativa de alguns professores conseguiu vencer todas as barreiras.

Na generalidade dos casos o ensino e a prática agrícola, previstos no decreto-lei de 10 de Setembro de 1964, foram letra morta. Em consequência disso as escolas permaneceram afastadas da realidade da vida dos meios em que se inseriam. Isto apesar do preâmbulo do mesmo decreto-lei afirmar:
"(...) Ao professorado, especialmente ao destinado aos meios rurais, se dedicam cuidados particulares. A sua intervenção directa e quotidiana na melhoria das condições de vida das populações foi tida como de primordial importância.

"Daí atribuir-se-lhe formação em que se salientam, paralelamente às técnicas do seu mister docente, as que o qualifiquem para o impulso do desenvolvimento económico e social, nos aspectos dominantes da saúde e higiene, agricultura e pecuária, trabalhos rurais, relações e acção cívica."

3º Exemplo

Também os programas não eram de molde a preparar os timores para serem cidadãos úteis a Timor. A preocupação de portugalizar, impôs, mais uma vez, escolhas fracamente prejudiciais para o ensino e formação dos timores.

Era sem pejo que se obrigava as crianças da 4ª classe a aprender os rios, as montanhas, as cidades e as linhas férreas de Portugal, da Guiné, de Angola, de Moçambique, da "Índia Portuguesa" e de Macau, enquanto à geografia de Timor se dedicavam apenas meia dúzia de linhas! ...

O programa de História peca pelo mesmo defeito.

Podiamos falar ainda dos livros de leitura, do programa de Ciências Naturais, etc. Mas já não vale a pena.

Os exemplos citados são suficientes para se ver como o ensino colonial forçava os alunos a alienarem-se da vida dos seus conterrâneos. Esse ensino levava muitos a sentirem-se inadaptados para viverem na sua própria terra e incapaz para resolverem os problemas dos seus próprios irmãos.

Não admira, pois, que alguém com estudos, procurasse instalar-se como funcionário colonial, numa vila ou cidade colonial. Pois não seria esse mesmo o objectivo do ensino colonial:- Separar o colonizado com estudos dos seus irmãos colonizados, para o pôr ao lado e ao serviço do colonizador?

O principal problema do actual ensino em Timor é que ele é, (ainda é), um ensino colonialista, isto é um ensino que não tem em conta as realidades e as necessidades Timores.

Um ensino que aliena os estudantes, que os leva a ignorar os problemas da sua terra, e a tornar-se incapaz de resolver esses problemas, os seus problemas e os dos seus irmãos. É um ensino que em vez de preparar homens capazes de servir a sua terra e o seu povo, preparava homens para servir o colonialismo.

O ensino actual, ao alienar os estudantes das realidades e problemas de Timor, separe-os e aliena-os também da cultura do seu povo, destruindo a personalidade que lhe é própria.

E se é certo que as culturas dos povos são realidades dinâmicas, e que se interpenetram e mùtuamente se enriquecem, também é verdade que é na liberdade e no respeito mútuo dos valores e características próprias a cada povo que a cultura Timor se pode enriquecer, no convívio com os portugueses, como a cultura portuguesa se enriquecerá no convívio com os Timores, desde que esse convívio seja leal e estabelecido em pé de igualdade.

O que o ensino em Timor precisa, fundamentalmente, é de ser timorizado. Timorizado nos conteúdos, timorizado nos métodos, timorizado nos objectivos. E para isso tem que ter em conta a realidade Timor.

A realidade física, material, por um lado, a realidade social, cultural, espiritual, por outro.

Muitos problemas do ensino em Timor, que enumeraremos em seguido, não são senão aspectos deste problema mais geral e mais fundo que acabamos de referir.

Concretizando, podemos enumerar os seguintes problemas:

- A fome e subalimentação.
- A doença e a falta de higiene que a condicionam.
- O incompleto desenvolvimento físico e mental resultante da sub-alimentação e doença, com reflexos no rendimento escolar.
- A dificuldade das comunicações.
- O desprezo a que é votado o trabalho manual e o ensino da agricultura e das artes e ofícios;
- A muita longa duração dos estudos meramente teóricos, com protelamento do ensino profissional.
- A pouca utilidade, para Timor, da maior parte do ensino ministrado, resultante do seu cáracter livresco.
- A inadaptação dos programas, nomeadamente dos de História e Geografia, à realidade Timor.

Antes de apresentar propostas para o ensino de transição convém acrescentar mais algumas informações.

A maior parte das crianças Timores alimenta-se com uma refeição diária de milho cozido, ou de arroz cozido. Uma vez por outra comem alguma fruta: muitas vezes os alunos vão para a escola em jejum e, a meio da manhã começa a pousar a cabeça de fraqueza.

Não são raros os casos de crianças que, para frequentarem a escola primária, vivem em grupos, longe dos pais, que semanalmente lhes levam comida. Estas crianças, de 7, 8, 9, 10, 11 e 12 anos, dormem no chão, debaixo de cobertos de palapa ou de capim, e cozinham os próprios alimentos com água que vão buscar à ribeira ou à nascente, e com lenha que apanham.

Outras crianças andam uma, duas e mais horas a pé, através dos montes, para irem à escola. Na época das chuvas ou faltam ou então lá vão, cheias de lama, por caminhos por vezes difícies.

E apesar disso o ensino era e ainda hoje é livresco, e a escola não se debruça a sério, na maior parte dos casos, sobre os problemas e as condições da vida destes estudantes.

Ministrar um ensino livresco, a crianças que têm fome, e não as ensinar, nem a elas nem aos pais, a cultivar a terra fértil onde vivem, de modo a produzirem o necessário à sua alimentação, é um autêntico crime que o colonialismo cometia por intermédio do ensino que impunha. E este crime é tanto maior quanto é certo que Timor é uma terra cheia de potencialidades agrícolas, com terrenos férteis e chuvas abundantes. Timor podia fàcilmente produzir o necessário para o seu consumo próprio, e ainda exportar quantidades importantes de excedentes agrícolas.

O desprezo a que era votado o ensino das populações timores reflectia-se em todos os aspectos já acima referidos, e também nas condições de vida dos agentes do ensino primário da montanha. Essas condições tantas vezes degradantes, podem-se caracterizar da seguinte maneira:

- A maior parte dos agentes do ensino primário não têm habitação concedido pelo Estado, e sujeitam-se a mendigar abrigo a quem os queira receber;
- Os vencimentos dos professores do interior são pagos quase sempre com vários meses de atraso. Muitos professores sujeitam-se a vir a Díli nas férias para receber esses vencimentos com menor Atraso.
- A grande maioria dos agentes do ensino primário não recebe nas férias (embora coma também durante esse período ...)
- Por vezes as instalações da própria escola e a falta de equipamento didático da mesma não são de molde a facilitar e a dignificar o ensino.

Não se pode concerteza esperar, em Timor, que o Governo ofereça uma casa de pedra e cal a cada agente do ensino primário, nem que todas as escolas venham a ser, a curto prazo, em materiais definitivos. Mas, se a escola se voltar para os problemas da vida, se a escola se interessar pela vida das populações circundantes, as populações interessar-se-ão pela escola. E, com a colaboração da escola, das populações que ela serve, e do Governo, muitos problemas podem ser resolvidos.

A dignificação do agente do ensino primário passa pela dignificação geral do ensino. E o ensino será digno se tiver em conta as pessoas: - as crianças, os pais das crianças, os professores, todos e cada um.

A dignificação das pessoas não consiste apenas em dizer que elas são dignas, mas sobretudo em interessar-se efectivamente por elas, pelos seus problemas, e empenhar-se na resolução desses problemas.

A dignificação dos professores resultará, em última análise, do ensino se tornar um ensino ao serviço do povo. Do povo que são os alunos, do povo que são as famílias dos alunos, do povo que são os próprios professores.

O professorado será mais dignificado quando o ensino perder o seu caracter colonialista e se transformar num ensino que tenha em conta as necessidades e as realidades Timores.

O ensino será mais dignificado quando for voltado para a vida, para as necessidades das pessoas, e quando preparar as pessoas para resolver os seus problemas, os problemas do povo.

Em face dos dados expostos se alguma coisa nos deve admirar nos estudantes timorenses não é que muitos sonham ser funcionários públicos ou ir para a Metrópole. Mas é sobretudo que haja tantos estudantes e tantos ex-estudantes, muitos dos quais são hoje funcionários públicos, que, apesar do ensino colonial que lhes foi ministrado, estão dispostos e desejosos de servir a sua terra e o seu povo. E acontece mesmo que alguns que fizeram longos anos de estudo livrescos gostariam hoje de aprender uma arte, um ofício, útil para Timor.

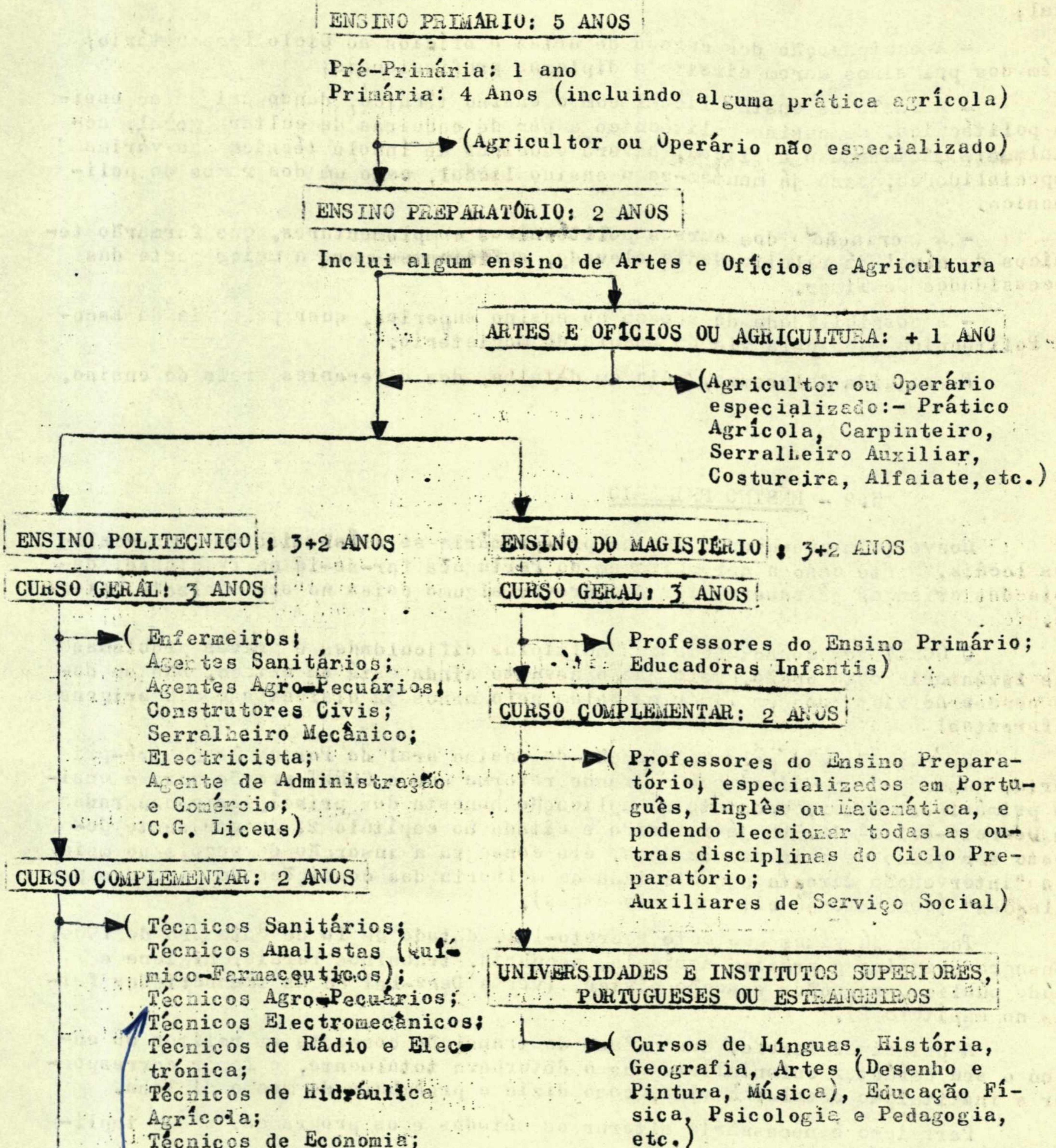
Se alguma coisa nos deve admirar nos estudantes timorenses e naqueles que já foram estudantes e hoje são funcionários públicos é que, por exemplo, para um curso prático de electricitas, a funcionar aos fins da tarde, ao qual se admitiam 20 candidatos, tenham aparecido mais de 120 interessados, incluindo alunos do curso geral dos liceus (até com o 5º ano) e um número significativo de funcionários públicos.

Este exemplo mostra bem que, quando surge outra alternativa que não seja:- ou ser funcionário colonial ou passar fome - os timorenses até se interessam por essa 3ª alternativa, que consiste em servi[illegible] o povo timorense, sem passar fome e sem ser funcionário colonial.

3 - LINHAS MESTRAS PARA O ENSINO DE TRANSIÇÃO EM TIMOR

3.1 - ESQUEMA GERAL:

O GCRET propõe o seguinte esquema para o ensino de transição em Timor:



ENSINO PRIMÁRIO: 5 ANOS

Pré-Primária: 1 ano
Primária: 4 Anos (incluindo alguma prática agrícola)

(Agricultor ou Operário não especializado)

ENSINO PREPARATÓRIO: 2 ANOS

Inclui algum ensino de Artes e Ofícios e Agricultura

ARTES E OFÍCIOS OU AGRICULTURA: + 1 ANO

(Agricultor ou Operário
especializado:- Prático
Agrícola, Carpinteiro,
Serralheiro Auxiliar,
Costureira, Alfaiate, etc.)

ENSINO POLITECNICO: 3+2 ANOS

CURSO GERAL: 3 ANOS

(Enfermeiros;
Agentes Sanitários;
Agentes Agro-Pecuários;
Construtores Civis;
Serralheiro Mecânico;
Electricista;
Agente de Administração
e Comércio;
C.G. Liceus)

CURSO COMPLEMENTAR: 2 ANOS

(Técnicos Sanitários;
Técnicos Analistas (Químico-Farmaceuticos);
Técnicos Agro-Pecuários;
Técnicos Electromecânicos;
Técnicos de Rádio e Electrónica;
Técnicos de Hidráulica
Agrícola;
Técnicos de Economia;
Técnicos de Direito e
Administração;
C. Complementares do Liceu)

Técnicos de Construção civil e minas

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SUPERIORES
PORTUGUESES OU ESTRANGEIROS

(Cursos de Medicina, Biologia, Química, Agronomia, Engenharia, Economia, Direito, Administração, etc.)

ENSINO DO MAGISTÉRIO: 3+2 ANOS

CURSO GERAL: 3 ANOS

(Professores do Ensino Primário;
Educadoras Infantis)

CURSO COMPLEMENTAR: 2 ANOS

(Professores do Ensino Preparatório, especializados em Português, Inglês ou Matemática, e podendo leccionar todas as outras disciplinas do Ciclo Preparatório;
Auxiliares de Serviço Social)

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SUPERIORES,
PORTUGUESES OU ESTRANGEIROS

(Cursos de Línguas, História, Geografia, Artes (Desenho e Pintura, Música), Educação Física, Psicologia e Pedagogia, etc.)

Relativamente ao ensino actual as principais diferenças são:

- A introdução (de facto) do ensino e da prática agrícola na instrução primária e no ciclo preparatório;

- A introdução de algum ensino de artes e ofícios para todos os alunos do ciclo preparatório, de modo a incutir o gosto e o respeito pelo trabalho manual;

- A equiparação dos cursos de artes e ofícios ao Ciclo Preparatório, além dos primeiros darem direito a diplomas profissionais;

- A fusão de ensino liceal com o ensino técnico, dando origem ao ensino politécnico. No ensino politécnico a par de cadeiras de cultura geral, actualmente ministradas no liceu, haverá cadeiras de índole técnica das várias especialidades; para já mantem-se o ensino liceal, como um dos ramos do politécnico.

- A criação dos cursos politécnicos complementares, que formarão técnicos de nível já relativamente elevado, suficientes para a maior parte das necessidades de Timor.

- A possibilidade de acesso ao ensino superior, quer pela via da Escola Politécnica quer pela via da Escola do Magistério.

Em seguida falaremos, mais em detalhe, dos diferentes graus de ensino.

3.2 - ENSINO PRIMÁRIO

Houve quem propuzesse que na pré-primária se alfabetizasse nos dialetos locais. Neste caso a aprendizagem do Português far-se-ia na 1ª classe, depois das crianças já saberem ler e escrever alguma coisa no seu dialecto materno.

O GCRET tem consciência das múltiplas dificuldades e graves problemas que levantaria esta opção, pelo que o assunto ainda está em estudo. Não se deve perder de vista que em Timor se falam pelo menos 32 dialectos com 6 origens diferentes!

Se a opção fôr pela manutenção do ensino oral do Português na pré-primária, quase podemos dizer que a grande reforma que o GCRET propõe para o ensino primário em Timor, consiste na aplicação honesta dos princípios consagrados no Decreto-Lei nº 45.908 já referido e citado no capítulo 2. Apesar deste decreto ser velho de mais de dez anos, ele consagra a inserção da escola no meio e a "intervenção directa e quotidiana na melhoria das condições de vida das populações" (conforme já citamos mais atrás).

Também já vimos que este decreto-lei, datado de 10 de Setembro de 1964, consagra o ensino e prática agrícola, pecuária, trabalhos rurais, higiene e saúde pública, relações e acção cívica. (ver o Decº-Lei ou as transcrições feitas no capítulo 2).

A principal tarefa, nesta fase de transição consiste em retirar do ensino o seu carácter colonialista que o deturpava totalmente, e fazer corresponder a instituição escolar à vida, como dizia o preâmbulo do mesmo diploma.

Para isso é necessário alterar os métodos e os programas, o que implica:

1º - Reciclar os agentes do Ensino Primário

2º - Elaborar novos livros escolares, a começar pelos de história, geografia e pré-primária, e a acabar nos livros de aritmética, passando pelos livros de leitura, gramática, etc.

3º - Criar (de facto) junto de cada escola, um horto escolar, cultivado pelos alunos com o seu professor.

4º - Tornar a escola, de facto, um centro de promoção cultural, social e económica do meio em que se insere;

5º - Dar lugar de relevo ao ensino de higiene e saúde pública, e à actuação dos professores junto das populações com vista à melhoria das suas condições de vida, com incidência particular nos aspectos alimentar e higiénico.

6º - Descentralizar e desburocratizar os Serviços de Educação, de modo dar um apoio efectivo às escolas.

Para esse efeito pensa-se criar em cada concelho grupos etinerantes com a seguinte constituição:

1 - Professor de Posto (orientador pedagógico e dinamizador cultural).
1 - Prático Agrícola ou Agro-Pecuário
1 - Agente Sanitário ou Enfermeiro.

Estas equipas criadas em colaboração com os Serviços de Agricultura e com os Serviços de saúde, terão a função de apoiar os professores e as escolas no sentido de as tornarem centros de promoção cultural, sanitária, económica e social das populações (principalmente nos meios rurais).

Para isso as Equipas de Dinamização Cultural e Promoção Sócio-Económica desenvolveriam dois tipos de actividades.

a) - Visitas às escolas e postos escolares do concelho, para dar apoio aos professores e monitores escolares, relativo a:

- orientação pedagógica;
- apoio didáctico;
- criação e desenvolvimento dum horto escolar (e nalguns casos pocilga também);
- apoio sanitário;
- inserção da escola no meio (contactos com a população e mobilização da mesma para melhorias a fazer na escola e no horto, arranjos de caminhos e estradas, etc).

b) - Organização de encontros, debates, reuniões de formação pedagógica, cultural e cívica, e cursos de reciclagem para os agentes de ensino do concelho ou região.

A Equipa de Dinamização cultural e Promoção Sócio-Económico terá também uma função fiscalizadora substituindo, nalguns aspectos, a Inspecção Escolar.

Quanto ao conteúdo dos programas, livros adoptados, etc, é tarefa a estudar por uma equipa especializada.

O ensino de Religião e Moral deverá manter-se no Ensino Primário. Contamos com os actuais responsáveis por esse ensino para o repensar e reestruturar, tendo em conta a nova realidade de Timor.

A reestruturação do Ensino Primário de acordo com o exposto implica o dispêndio de cerca de 4.000 contos com as reciclagens (3.000 para pagamento de 1 mês de férias aos Agentes de ensino reciclados, e 1.000 para técnicos docentes a vir de Portugal e perto de 500 contos com a elaboração dos manuscritos dos novos livros.

A inclusão destas verbas no plano de fomento foi já pedida e prometida.

A única sobrecarga para o orçamento ordinário de Timor consiste no financiamento das Equipas Dinamizadoras.

Supondo que existe uma única equipe para os dois concelhos de Díli e de Aileu, e mais uma para cada um dos outros concelhos, e tomando para base o vencimento mensal de 4 000$00 para cada membro da equipe, resulta:

(12x3x4.000$00)x12 meses = 1 728 contos/ano.

Não esquecer porém dois aspectos:

1º Destes 3 membros dois deles estão ligados a outros serviços (Saúde e Agricultura) e teriam possivelmente que existir, mesmo que não se criassem as referidas equipas, o que reduz a 1/3 o aumento do orçamento ordinário atribuído à Educação (576 contos/ano).

2º Se os membros das Equipas Dinamizadoras forem competentes e dinâmicos, eles influirão de forma notável na produção agrícola e na melhoria de condições sanitária e sócio-económicas das populações.

Já foram estabelecidos contactos com a Escola de Práticos Agrícolas de Fatumaca, que se dispõe a reciclar ex-alunos seus para este efeito, nas férias grandes. Também já foram contactados 5 capatazes agrícolas formados em Fatumaca, presentemente em Díli, e que estão interessados em vir a trabalhar ou nas Equipas Dinamizadoras ou como Mestres de Agricultura nas escolas do ciclo preparatório. O Principal problema que se põe é que a maior parte destes Capatazes Agrícolas ou estão na tropa ou em vias de nela ingressar.

Dos 45 Capatazes Agrícolas já formados ou a terminar este ano o seu curso em Fatumaca, seriam necessários cerca de 20 (12 para as equipas Dinamizadoras e cerca de 8 para o ensino agrícola nos ciclos). Como alguns estão a prosseguir estudos em Portugal e outros não desejam abandonar os empregos que agora têm, seria necessário dispensar grande número deles da tropa, ou adiá-la até se formarem novos capatazes agrícolas que os substituíssem, ou passá-los a comissão civil (o que seria talvez a melhor solução).

Os professores orientadores Pedagógicos e Dinamizadores Culturais serão escolhidos de entre os Professores de Posto mais dinâmicos. Serão preparados para o efeito nas férias grandes (reciclagem).

Quanto aos técnicos sanitários o problema foi apenas abordado até ao momento. Em breve o assunto será estudado com os Serviços de Saúde.

3.3 - ENSINO PREPARATÓRIO E ENSINO DE ARTES E OFICIOS

O Ensino do Ciclo Preparatório que o GCRET propõe difere do actual principalmente por se introduzir o ensino e a prática agrícolas e por se tranformar os actuais Trabalhos Manuais em ensino de Artes e Oficios.

Com esta modificação pretende-se por um lado dignificar o trabalho manual, e por outro lado ministrar um mínimo de formação técnica e prática profissional, que facilitem a formação de operários especializados competentes, em tempo mais curto do que pela via actual do ensino técnico.

Sentimos que tem que haver uma certa maleabilidade de programas. Se em Lospalos ou na Maliana haverá talvez condições para o ensino agrícola, já em Díli tal não acontece. É por isso o ensino e prática agricola talvez tenha que ser facultativo em Díli, ao passo que na Maliana talvez possa ser obrigatório.

Quanto ao ensino de artes e ofícios também ele deve estar adaptado às condições de cada região. Nos ciclos do interior pensa-se desenvolver sobretudo o ensino de carpintaria e serralharia mecânica e corte e costura e culinária. Em Díli, além destas artes e oficios, poderão ensinar-se outras, à escolha do aluno: - mecânica automóvel, composição tipográfica, encadernação, dactilografia, enfermagem, puericultura etc, etc.

O quadro seguinte especifica a programação que o GCRET prevê, aproximadamente, para o Ciclo Preparatório. Trata-se dum esquema provisório que terá que ser estudado com mais atenção e revisto. É apenas a título meramente indicativo que o tnasncrevemos.

Nº de horas por semana	Disciplinas
4	Português
3	Inglês
2	História
4	Matemática
2	Ciências Físico-Geográfico-Naturais
2	Desenho Técnico e Artístico
5	Agricultura 1 h teórica + 4 h prática)
4	Arte Manual (Carpintaria, ou Serralharia, ou Corte e Costura, ou Culinária, ou Encadernação, ou Enfermagem e Puericultura, etc, etc)
1	Educação Cívica e Moral
1	Educação Sanitária
1	Educação Física e Desportos
1	Educação Musical
30	Total

Ao fim dos dois anos do ciclo o aluno pode prosseguir os seus estudos ingressando na Escola Politécnica ou na Escola do Magistério, ou pode ainda fazer um ano suplementar que o habilite a um diploma profissional.

Nesse 3º ano o aluno dedicará a maior parte do tempo à arte que escolheu (agricultura, ou carpintaria, ou corte e costura, etc). O tempo restante será dedicado a disciplinas de cultura geral, educação sanitária, etc.

Findo este 3º ano o aluno terá um diploma profissional, que lhe permitirá trabalhar como operário especializado. Se quizer também pode, em qualquer altura retomar os estudos, quer na Escola Politécnica quer na Escola do Magistério.

Dadas as deficiências alimentares da maior parte dos estudantes timores as 30 horas de aula por semana, do esquema que acima se transcreveu, parece-nos ser um número demasiado elevado, se a Escola não tiver uma cantina em que os alunos comam uma refeição diária. Se se conseguir oferecer, gratuitamente ou a muito baixo preço, uma refeição diária, já esse valor se torna razoável. Aliás o normal na maior parte dos cursos de Artes e Ofícios é de 35 a 40 horas de aula por semana.

Para isso poderia contribuir o próprio horto a cultivar pelos alunos nas suas aulas semanais de agricultura. Sobretudo se houver alunos no 3º ano profissionalizado que tenha escolhido o curso de Práticos Agrícolas, talvez não seja impossível, nalguns casos ao menos, a própria escola produzir o necessário a uma refeição diária. Mais tarde se verá se se pode ou não chegar à auto-suficiência alimentar das escolas do ciclo com o 3º ano de Prática Agrícola. Para isso a escola precisará, concerteza, de ter algum ou alguns empregados permanentes que trabalham no horto mesmo durante o tempo das férias escolares. Quando a escola do ciclo com curso de Práticas Agrícolas ficar junto duma estação agrária dos Serviços de Agricultura, o problema poderá ser resolvido mais fàcilmente com a ajuda desses Serviços.

Admitimos a hipótese de futuramente todos os alunos do ciclo terem que fazer o 3º ano, profissionalizado, antes de prosseguirem os seus estudos. E talvez, venha mesmo a ser necessário limitar o acesso ao ensino médio a um número limitado de alunos. É do conhecimento geral, com efeito, que em muitas nações pouco desenvolvidas, e até mesmo nalgumas nações muito desenvolvidas, há problemas de excedentes de pessoal com estudos médios ou superiores, e falta de artífices. Obrigar todos os estudantes a passar por este 3º ano profissionalizado de artes e ofícios, e seleccionar um número determinado, em função das necessidades, para prosseguir estudos, pode ser um meio de evitar o problema referido.

Não será porém na fase de transição que diz respeito ao GCMEF tratar que tal acontecerá, pelo que não vale a pena insistir neste aspecto. Fica aqui apenas lançada a ideia, que num futuro mais ou menos longinquo será aproveitada ou registada conforme for julgado mais conveniente.

Para introduzir o ensino de Artes e Ofícios nos ciclos, é necessário equipá-los com salas, pelo menos de carpintaria e serralharia. Prevêm-se 3 000 contos para esse efeito, já pedidos e incluídos ou a incluir, na maior parte, no Plano de Fomento para 1975. Numa primeira fase pensa-se apetrechar os ciclos apenas com ferramentas manuais. Não só fica mais barato, mas também corresponde melhor às condições de trabalho que os alunos terão depois, ao trabalhar no interior, sem corrente eléctrica sequer, na maior parte dos casos.

Torna-se igualmente necessário preparar Mestres de Artes e Ofícios para as escolas do ciclo. Já foram estabelecidos contactos com a Escola de Fatumaca, com vista a fazer lá essa reciclagem.

Sobre a preparação dos Mestres de Agricultura já falámos no ponto 3-2, a propósito das equipes dinamizadoras.

As modificações introduzidas na estrutura do ciclo preparatório do ensino secundário não representam uma sobrecarga significativa para o orçamento ordinário de Timor. Aumenta-se um pouco o nº de aulas semanais mas, por outro lado os Mestres de Artes e Ofícios e Agricultura, que se prevê que ganhem cerca de 4 000$00 por mês, substituem aulas de professores muito mais caros (de trabalhos manuais e outros). Quanto aos empregados destinados a cuidar do horto, em permanência, eles poderão substituir os actuais empregados da limpeza e outro pessoal auxiliar. O trabalho deste pessoal pode, na maior parte dos casos, senão sempre, ser feito pelos alunos, ou pelos alunos e professores.

É de prever um aumento das despesas com o ciclo preparatório devido, fundamentalmente, ao acréscimo do número de alunos. Esse fenómeno natural só se evita se se estabelecer o critério do "numerus clausus". Pela nossa parte não aconselharíamos o uso desse critério logo no fim da 4ª classe.

Atendendo a que vários professores do ciclo se vão embora no fim do ano lectivo, é necessário preparar novos professores. Para esse efeito prevê-se gastar cerca de 1 000 contos em cursos de preparação e reciclagem de professores do ciclo (que inclui a vinda de técnicos docentes portugueses a Timor durante

10 semanas).

Se não se conseguir preparar professores do ciclo em quantidade suficiente, será necessário preparar alguns professores portugueses para virem para Timor suprir essa deficiência.

Parece-nos que o governo Português deve em absoluto garantir que todos os alunos interessados possam frequentar o ensino do ciclo preparatório e ter, portanto, professores para o efeito. Talvez seja necessário reconsiderar a hipótese de os militares portugueses poderem voltar a acumular as funções docentes com as funções militares, desde que não haja outra maneira de arranjar professores em número suficiente, sobretudo no interior.

Deve-se considerar a hipótese de no próximo ano lectivo funcionarem cursos nocturnos do ciclo para adultos. Estes cursos, para maiores de 14 anos, terão menor número de aulas por semana, poderão ser mais longos, e terão uma programação um pouco diferente. Nomeadamente o ensino agrícola e de artes e ofícios poderá ser substancialmente reduzido.

O GCRET sugere também que sejam eliminados os limites superiores de idade actualmente em vigor para os cursos diurnos. Tal medida acarreta que se criem turmas adaptadas aos vários grupos etarios.

3. 4 - CURSOS GERAIS DO ENSINO POLITÉCNICO E DO ENSINO DO MAGISTÉRIO. O FUTURO DO LICEU

O Ensino Politécnico que o GCRET preconiza representa não a eliminação do ensino lical ou do ensino técnico, mas a sua fusão num tipo de ensino unificado, em que a par das cadeiras de índole cultural, ministradas actualmente no Liceu, se incluem disciplinas de índole prática, técnica, profissional.

Com isto pretende-se por um lado evitar que haja jovens que estudam longos anos no liceu e que ao fim desses anos todos não têm conhecimentos práticos que lhes permitam desempenhar fàcilmente uma profissão em que possam ser eficientes e úteis.

Pretende-se, por outro lado, evitar que jovens de grande valor intelectual, que tiraram cursos técnicos, se vejam limitados quando desejam prosseguir estdos superiores, por lhes faltar a base cultural que o liceu dá.

O esquema geral apresentado no ponto 3.1 é suficientemente elucidativo relativamente aos cursos previstos e quanto às profissões a que dariam acesso.

Como base de todos os cursos gerais, do ensino politécnico ou do magistério, teríamos o seguinte corpo de disciplinas:

Português
Inglês
História
Geografia
Matemática
Desenho
Educação Física
Educação Musical
Religião e Moral (facultativo)

No curso Geral do Magistério teríamos, em princípio, a seguinte distribuição de aulas:

CURSO GERAL DO MAGISTÉRIO (2 PRIMEIROS ANOS

Número de Horas Semanais	Disciplinas
3 + 1 = 4	Português + Didáctica de Português
2	Inglês
2	História
3 + 1 = 4	Ciências Geográficas e Físico-Naturais + Didáctica
3 + 1 = 4	Matemática + Didáctica Matemática
2 + 2 = 4	Desenho Técnico e Artístico

3	Psicologia e Pedagogia
3	Formação Cívica e Política e Administração Escolar
3	Agro-Pecuária
2	Higiene e Saúde Pública
2	Educação Física e jogos
2	Educação Musical
1	Religião e Moral (facultativa)
36	Total

São facultativas outras actividades como Desportos, corte e Costura, Puericultura, etc.

Para quem julgue excessivo este número de aulas semanais lembra-se que a lei prevê actualmente 45 tempos semanais nas escolas de habilitação de professores de posto escolar que o curso geral do magistério substitui.

O GCRET propõe que os 2 primeiros anos do curso geral da Escola do Magistério tenham as disciplinas indicadas no quadro supra. O 3º ano será um ano de estágio, dividido em 3 períodos:

1º período - estágio numa escola anexa à escola do Magistério (preparar, ver e dar aulas);

2º período - estágio numa escola do interior (elaboração duma monografia sobre a escola, a população circundante e sobre os problemas e dificuldades encontrados);

3º período - de novo na Escola do Magistério (em Díli) para analisar e discutir com os seus professores a monografia apresentada. Estudo dos problemas surgidos no interior, e procura de soluções para os mesmos. Preparação das aulas do ano seguinte (estudo, preparação de material didáctico, etc).

A ideia de iniciar o ensino do magistério só depois do ciclo preparatório foi apresentada frequentes vezes por professoras e alunos da Escola de Engº Canto Resende. Deste modo os alunos ao entrarem na Escola do Magistério são mais maduros (do que no fim de 4ª classe) não só para fazer a opção por esse curso, mas também para aprenderem a psicologia, a pedagogia e as didácticas necessárias.

Dos cursos Gerais da Escola Politécnica indicados no quadro 3-1, prevê-se que funcionem, no próximo ano lectivo, pelo menos os seguintes:

Administração e Comércio
Construção Civil
Serralharia Mecânica
Electricidade

e ainda o Curso Geral dos Liceus.

Teria grande interesse que começasse a funcionar também o curso de Agentes Agro-Pecuários.

O quadro seguinte permite comparar os planos do Curso Geral dos Liceus com o tronco de disciplinas comuns aos 4 primeiros cursos acima indicados. Por esse quadro se vê que metade dos programas são comuns ao curso geral dos Liceus e aos outros cursos gerais.

Temos, com efeito;

Cursos gerais de: Adm. e Comércio, Constr. Civil, Serr. Mecânica, Electricidade (Horas/semana	Curso Geral dos Liceus (H/Sem.).	Disciplinas
4	4	Português
–	2	Francês
2	4	Inglês (os alunos de técnica já tiveram, normalmente, aulas de inglês no ciclo preparatório)
2	2	História
2	2	Geografia

2

Só alguns cursos é que tem estas disciplinas		2	6.Naturais
		3	C. Físico-Químicas
	4	4	Matemática
		1	Desenho
	2	2	Educação Física
	1	1	Moral (Facultativa)
	1	1	Ed. Musical
		28	Total

O total de tempo comuns ao curso Geral dos Liceus e aos outros cursos gerais da Escola Politécnica, é de 16, isto é, mais de metade dos do C.G. dos Liceus

Para assegurar o funcionamento dos cursos gerais, quer da Escola Politécnica quer da Escola do Magistério, bastaria contar com um acréscimo do número de professores do Liceu, da escola técnica e da escola Engº Canto Resende que acompanhasse o crescimento do número de alunos. A menos que uma parte dos timores a estudar em Portugal regressem no fim do ano lectivo em curso, há tendência para o número de professores diminuir. Não é possível, para já, formar em timpr professores do ensino secundário. Só se poderá assegurar o ensino secundário a todos os estudantes que o requeiram, se o Governo Português, outros governos ou organismos internacionais se dispuserem a pagar professores portugueses ou estrangeiros que venham ensinar para Timor. Se se autorizarem alguns oficiais portugueses a serem dispensados e em último caso a acumular funções militares com funções docentes, o problema poderá ser relativamente menos grave. Se tal não for possível, o problema pode atingir grandes proporções e pode implicar que, na prática, nem todos os estudantes que se desejem matricular no ensino secundário o possam fazer.

No ponto 3.5. falaremos mais em detalle dos técnicos docentes que seria necessário que viessem para Timor, no âmbito da cooperação internacional.

3. 5. - CURSOS COMPLEMENTARES DO ENSINO POLITÉCNICO E DO ENSINO DO MAGISTÉRIO

Sendo realistas devemos admitir que será muito difícil, para Portugal, implantar e manter em funcionamento, durante o tempo necessário, os vários cursos do Ensino Politécnico Complementar previstos, e o Ensino Complementar do Magistério incluído no plano proposto. O Funcionamento destes cursos repreenta, com efeito, um dispêndio anual de cerca de 20 700 contos só em técnicos docentes (ver quadro V deste capítulo).

No entanto, seria muito importante, para Timor, que esse ensino estivesse implantado. Para já tem que se garantir, a qualquer preço, o funcionamento do curso Complementar (dos liceus) já existentes.

Timor não pode, nem precisa, nem a curto nem a médio prazo, de ter nenhuma universidade (no sentido europeu do termo). Mas Timor precisa, isso sim, de poder formar no próprio território, tendo em conta as suas próprias realidades e necessidades, os professores do Ciclo e os técnicos de nível médio previstos no ponto 3.1.

A criação dos cursos complementares é importante para Timor pois é a única maneira de conseguir, com um número de anos de estudo relativamente curto, preparar técnicos de nível suficiente para resolver a maior parte dos problemas técnicos que em Timor podem surgir. E o facto dessa formação se fazer em Timor representa, por um lado, que ele pode ser perfeitamente adaptada às realidades e necessidades de Timor; por outro lado não exige desenraizamento dos estudantes timores (que às vezes vão estudar para o estrangeiro e já não voltam...).

Em terceiro lugar seria a melhor maneira de equipar e manter em funcionamento os laboratórios necessários para a generalidade dos estudos técnicos a fazer em Timor, incluindo alguma investigação aplicada.

Finalmente, seria um bom meio de estimular a vida cultural em Timor, sem a qual os valores próprios do povo se perdem, com consequências graves para a sua própria identidade como tal.

Oportunamente comunicámos ao Governo de Timor quais seriam as principais necessidades relacionadas com os cursos complementares, politécnico e do magistério, e qual seria o apoio de organismos internacionais e nações estrangeiras que seria desejável conseguir para pôr esses cursos a funcionar.

Transcrevemos em seguida, com ligeiras alterações, o que então se expôs ao governo. A ajuda que se pretende obter de organismos internacionais ou nações estrangeiras foi dividida nos seguintes capítulos, a cada um dos quais corresponde um quadro:

I - Professores(Técnicos Docentes)

Trata-se de engenheiros, médicos, pedagogos e outros técnicos necessários para lançar e assegurar, durante alguns anos, o ensino politécnico complmentar e normal complementar, e nalguns casos também para o politécnico geral e normal geral.

Atendendo a que se prevê que os alunos ao chegarem ao ensino complementar, politécnico ou normal, já terão estudado cinco anos de inglês, admite-se a hipótese de os professores ensinarem em inglês.

II. - Escolas, lares e seu equipamento

Inclui as salas e o respectivo equipamento para laboratórios e oficinas, equipamento didáctico, esolas, bibliotecas, lares e aldeias de estudantes.

III. - Tipografia e Encadernação

IV. - Bolsas de estudo e alimentação para os estudantes

V. - Quadro-resumo com o valor estimado da ajuda que se deseja obter, em contos

QUADRO I - TÉCNICOS DOCENTES

AGRO - PECUÁRIA

Total		1ª prioridade		2ª prioridade	
2	=	1	+	1	- Engºs. Agrónomos ou Técn. Agro-Pecuários
2	=	1	+	1	- Regentes Agrícolas
1	=	1	+	0	- Técnico de Planeamento Agríc. (Econ. Agrár.)
1	=	1	+	0	- Veterinário ou Técnico Pecuário
2	=	1	+	1	- Técnicos de Alimentação
8	=	5	=	3	- Total

SAÚDE

Total		1ª prioridade		2ª prioridade	
2	=	1	+	1	- Médicos Especialistas em Doenças Tropicais
2	=	1	+	1	- Especialistas Saúde Pública ou Técnicos Sanitários
2	=	1	+	1	- Enfermeiros (Professores de Enfermagem)
2	=	1	+	1	- Técnicos Farmaceuticos ou Analistas
8	=	4	+	4	- Total

ENGENHARIA

Total		1ª prioridade		2ª prioridade	
2	=	1	+	1	- Engºs Civis ou Agentes Técnicos de Construção Civil e Minas
1	=	0	+	1	- Engº de Minas
1	=	1	+	0	- Engº Metalurgista ou Fundidor
1	=	1	+	0	- Engº Mecânico ou Agente Técnico Electro-Mecânico
2	=	2	+	0	- Engº Electrotécnico + Engº de Electrónica
2	=	1	+	1	- Técnicos de Hidráulica Agrícola
1	=	0	+	1	- Engº Químico
10	=	6	+	4	

EDUCAÇÃO

2 = 1 + 1 - Psicólogos (Professores de Psicologia)
5 = 2 + 3 - Pedagogos (Professores de Pedagogia)
2 = 1 + 1 - Educadoras Infantis
2 = 1 + 1 - Assistentes Sociais (Serviço Social de Grupos)
11 = 5 + 6 - Total

LINGUAS

8 = 4 + 4 - Professores de Inglês

ECONOMIA E DIREITO

2 = 1 + 1 - Economistas ou Técnicos de Finanças e Comércio
2 = 1 + 1 - Economistas ou Técnicos de Desenvolvimento Regional e Comunitário
2 = 1 + 1 - Técnicos de Direito Internacional e Direito Comparado
6 = 3 + 3 - Total

HISTÓRIA; GEOGRAFIA, CIÊNCIAS FISICO-NATURAIS, MATEMÁTICA

2 = 1 + 1 - Professores História Universal e do Sudeste Asiático e Austrália
2 = 1 + 1 - Professor de Geografia Mundial (Física, Económica e Política)
3 = 2 + 1 - Professor de Matemática e Pedagogia da Matemática
2 = 1 + 1 - Professores de Ciências Físico-Naturais
9 = 5 + 4 - Total

ARTES

1 = 1 + 0 - Professor de Desenho e Pintura
1 = 0 + 1 - Professor de Música
2 = 1 + 1 - Professores de Educação Física
1 = 0 + 1 - Professor de Teatro
5 = 2 + 3 - Total

DIVERSOS

1 = 1 + 0 - Técnico de Tipografia
1 = 1 + 0 - Serralheiro Mecânico para a Oficina a criar para o curso Complementar da Escola Politécnica
1 = 1 + 0 - Carpinteiro-Marceneiro para a Oficina a criar no mesmo Curso
1 = 1 + 0 - Técnico Fundidor para a Oficina a criar
4 = 4 + 0 - Total

==================

69 = 38 + 31 - Total Global

Concluindo, consideramos de 1ª prioridade a vinda de 38 Técnicos Docentes, e de 2ª prioridade a vinda de mais 31.

Estes números podem parecer exagerados à primeira vista. Depressa se verá que não são. Basta Pensar que do trabalho da CRIQ (Comissão para a Reestruturação Imediata de Quadros) resultou a saída do ensino secundário, só em Díli, de cerca de 25 professores. Estes foram substituídos nalguns casos por professores-alunos (alguns dos quais desejam continuar estudos em Portugal ou no estrangeiro), por sobrecarga de trabalho dos outros professores, por redução do número de aulas semanais de muitas disciplinas, etc. Foi com muita dificuldade que se enontraram soluções de circunstância, que embora fosse aceitáveis dadas os condicionalismos do momento, não são, no entanto soluções desejáveis, ou até aceitáveis para futuro. Os 38 professores de 1ª necessidade pouco mais farão do que substituir os que já saíram e os que ainda sairão do ensino (há vários professores civis a preparar as malas para partir no fim do ano lectivo).

Com os professores pedidos em primeira prioridade, e mais alguns a vir de Portgal aguentar-se-ia com dificuldade o ensino secundário, dentro do esquema apresentada atrás, e que parece ser desejável para Timor a muito curto prazo. Se não se conseguirem arranjar esses técnicos docentes o ensino em Timor arriscase a sofrer um grave retrocesso, em vez do progresso desejável.

Os técnicos docentes solicitados destinam-se principalmente aos cursos complementares, sobretudo da Escola Politécnica. Alguns poderão, eventualmente, ensinar também no Curso Geral da Escola Politécnica (último ou últimos anos do C. Geral). Como já dissemos, admite-se a hipótese de poderem ensinar em inglês, tendoem conta que os alunos ao chegar aos cursos complementares já terão estudado 5 anos de inglês. Se for necessário, far-se-ão cursos intensivos de aperfeiçoamento de inglês.

Os técnicos docentes pedidos em segunda prioridade são necessários tendo em conta que numa fase de instalação de laboratórios, elaboração de novos programas, de novos livros de texto ou de apontamentos, etc, o trabalho a realizar é enorme. Impõe-se, além disso, algum trabalho suplementar para lançar uns princípios de "investigação aplicada" ou, mais exactamente, de estudo laboratorial, ensaio e adaptação às realidades timores.

Por todas estas razões os técnicos a vir do estrangeiro não poderão dar 25 ou mais horas de aula por semana, como acontece agora com quase todos os professores. Em anos futuros o trabalho de arranque estará mais ou menos efectuado; mas em compensação o número de alunos aumentará, e não se prevê, por isso, qualquer redução a curto prazo do número de técnicos docentes necessários.

Deveria estar, tanto quanto possível, assegurada a colaboração dos técnicos referidos, quer da 1ª quer da 2ª prioridades, durante 2 a 8 anos, consoante os casos, de modo a permitir a formação de técnicos timores para os substituir. Isto não quer dizer, evidentemente, que cada técnico deva permanecer de 2 a 8 anos em Timor. O que conviria era estudar a hipótese de cada um ser substituído sucessivamente por outros, até deixar de ser necessário, sempre dentro do mesmo esquema de ajuda técnica.

No quadro seguinte (QUADRO II) indica-se, a seguir à designação, o valor estimado em contos, dos edifícios ou salas, primeiro, e do respectivo equipamento, depois. Quando fôr caso disso, o valor do conjunto sala mais equipamento respectivo, está escalonado em quatro prioridades, por ordem decrescente da sua necessidade.

QUADRO II - ESCOLAS: LARES E SEU EQUIPAMENTO

Designação	1ªPrior.	2ªPrior.	3ªPrior.	4ªPrior.
Escola Politécnica para cerca de 1.000 alunos, a ser construída em duas fases (laboratórios e oficinas excluídos)		4.000	4.000	
Escola normal para cerca de 600 alunos (laboratórios excluídos)			4.000	
Escola de ciclo da Maliana, para cerca de 250 alunos		2.000		
Escola Técnica de Agro-Pecuária, para cerca de 100 alunos (laboratórios excluídos)			1.000	
Livros para Bibliotecas Escolares Para escolas primárias: 700×2+2=		1.400	1.400	
Para os Ciclos: 8×50=	400			
Para Escola Normal	400			
Para Escola Politécnica	500			
Salas de Artes e Oficios para os Ciclos (Já prevista a inclusão dos 3.000 contos no Orçamento do Plano de Fomento, pelo que se coloca em 2ªprior.)		(3.000)		
Novas salas de aula para escolas já existentes (idem)		(2 300)		
Sala de cinema e Teatro educativo: 500 (sala) + 200 (equipamento)=		700		
Aldeia de estudantes em Díli (1.000 est.)				8.000

	1ªPrior.	2ªPrior.	3ªPrior.	4ªPrior.
Lares de estudantes junto aos Ciclos do interior (8 lares)				10.000
Equipamento para cantinas, e aldeia de estudantes em Díli				2.000
Equipamento para lares do interior				3.000
Laboratórios de Agronomia (edifício+equipamento): 2×(100+300)=	400	400		
Laboratório de Veterinária e Alimentação (100+300)		400		
Laboratório de Análises Clínicas e Farmaceuticas (100+400)		500		
Laboratório de Ensaios de Materiais de Construção Civil e Mecânica (200+400)	600			
Laboratório de Electricidade e Electronica (100+400)	500			
Laboratório de Hidráulica (100+150)	250			
Laboratório de Análise Química (100+200)	300			
Laboratório de Metalurgia e Minas (200+300)	500			
Laboratório de Línguas (200+400)	600			
Equipamento para 10 pequenos laboratórios de Ciências Físico-Naturais (inclui quadros, etc): 10×50=	500			
Equipamento para salas de Geografia (globos terrestres, mapas, etc) 10×30 + 2 × 50 =	400			
Sala de desenho e pintura artística (150 + 100)			250	
Salas de desenho técnico e projecto 2×(200+200)		400	400	
Salas de Edução Física 2×(200+50)		250	250	
Sala de Música (100+100)			200	
Oficina de Serralharia Mecânica para o curso Complementar da Escola Politécnica: (200+400)	600			
Oficina de Carpintaria, idem, (200+200)	400			
Oficina de Fundição, idem, (150+400)	550			
Oficinas de Motores e Viaturas: (200+200)		400		
Material didático para a Escola Normal	100			
TOTAL DO QUADRO II	7.000 +	15.750 +	11.500 +	23.000

Na 1ª e 2ª prioridades cingimo-nos aquilo que nos pareceu ser fundamental. Em tudo procuramos soluções económicas. Mesmo em 3ª ou 4ª prioridades, quando falamos por exemplo em aldeias para estudantes que custam 10 contos por estudante, já depois de equipadas, vê-se que pensamos em aldeias adaptadas à realidade de Timor e que contrastam com os cerca de 150 a 200 contos por estudante instalável no "Lar do Estudante" construído em Díli há pouco mais de 1 ano...

Numa segunda fase pensamos equipar a maior parte dos laboratórios e oficinas com equipamento mais completo, mais preciso e mais caro. Os valores considerados no quadro, embora meramente estimativos, devem-se considerar como mínimos para uma fase de arranque.

QUADRO III - TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO

	1ªPrior.	2ªPrior.	3ªPrior.	4ªPrior.
Tipografia para produzir 300 livros por hora, e 60 milhões de páginas por ano, com Off-set, a duas cores	2.500			
Papel, tinta e outros materiais para produzir os livros escolares do próximo ano		10.000		
Imprensa			8.000	
TOTAL DO QUADRO III	2.500	10.000	8.000	

É fundamental a existência e bom funcionamento duma tipografia em Timor. Não só para produzir os livros escolares, que passarão a ser elaborados, na maior parte dos casos, em Timor e adaptados a Timor, mas também para a elaboração de mapas, jornais, documentos, livros não escolares, etc. Só a sua localização em Timor permite a fácil e prática revisão de provas pelo autor, o que, ~~sobretudo em livros~~ didácticos, é fundamental.

Numa 1ª prioridade consideramos apenas o mínimo imprescindível para fazer os livros escolares em condições minimamente satisfatórias (a duas cores).

QUADRO IV - BOLSAS DE ESTUDO E ALIMENTAÇÃO PARA OS ESTUDANTES

	1ªPrior.	2ªPrior.	3ªPrior.	4ªPrior.
Bolsas de Estudo para o estrangeiro: (10+5+5+5)×60 contos por ano	600	300	300	300
Bolsas para estudo em Timor (200+300)×6 contos por ano		1.200	1,800	
Alimentação para os estudantes (leite ou sopa diária: 2$/dia×200 dias/ano×100.000)			40,000	
TOTAL DO QUADRO IV	600 +	1 500 +	42,100 +	300

Quanto às bolsas de estudo parecem ser poucas. É de considerar, no entanto, que há perto de uma centena de Timores a estudar em Portugal, e não é muitoprovável que exista qualquer organismo internacional ou país estrangeiro interesaado em financiar essas bolsas.

As bolsas de estudo também não são mais numerosas porque se prevê a formação de técnicos de nível médio em Timor (nos Cursos Complementares a criar) e porque há fortes razões para temer o não regresso dos Timorês que vão como bolseiros para o estrangeiro, caso se facilite demasiado a sua concessão.

Já se considera mais interessante a atribuição de bolsas de estudo para aqueles que, mesmo sem sair de Timor, não têm posses suficientes para prosseguir estudos secundários.

Foi considerada necessidade de 3ª prioridade um mínimo de alimentação para os estudantes (leite ou sopa ou papas de milho, ou um complemento de alimentação). E considerou-se de 3ª perioridade, não porque não seja fundamental diminuir as carências alimentares de quase toda a população escolar, mas porque é importante não iludir o problema alimentar dos Timores com paliativos:- não é com esmolas que Timor deve matar a fome, mas trabalhando mais e melhor esta terra que, felizmente é fertil e bem regada de chuvas.

QUADRO V - RESUMO (Valor estimado em contos)

Designação	1ª prioridade	2ª priorid.	3ª priorid.	4ª priorid.
TTECNICOS DOCENTES: (38+31)×300	11.400	9.300	-	-
LABORATORIOS	3.150	1.300	-	-
OFICINAS	1.550	400	-	-
EQUIPAMENTO DIDÁTICO (Ciências, Geografia e Infantil)	1,000	-	-	-
SALAS DE ARTES E OFICIOS PARA CICLOS	-	(3.000)	-	-

QUADRO V - RESUMO (continuação)

NOVAS SALAS DE AULA para escola já existentes	-	(2.300)	-	-
ESCOLAS DE CICLO E SECUNDARIO ..	-	6.000	9,000	-
SALA DE CINEMA E TEATRO EDUCATIVO	-	700	-	-
LIVROS PARA BIBLIOTECAS;	1.300	1.400	1.400	-
SALAS DE DESENHO; ED: FÍSICA E MÚSICA	-	650	1.100	-
ALDEIA DE ESTUDANTES; LARES CANTINAS E SEU EQUIPAMENTO	-	-	-	23.000
TIPOGRAFIA E ENCADERNAÇÃO	2.500	-	8.000	-
MATERIAL PARA LIVROS ESCOLARES ..	-	10.000	-	-
BOLSAS DE ESTUDO PARA O ESTRANGEIRO	600	300	300	300
BOLSAS DE ESTUDO PARA TIMOR	-	1.200	1.800	-
ALIMENTAÇÃO PARA ESTUDANTES	-	-	40.000	-
TOTAL GLOBAL .... 142.950 =	21.500 +	36.550 +	61.600 +	23.300

Neste quadro-resumo procurou-se atribuir um valor, em contos, ao dispêndio anual com técnicos, bolsas de estudo e alimentação, por um lado, e às oficinas, laboratórios, equipamentos, etc. Isto não quer dizer, de modo algum, que a coloboração que se deseja seja exclusivamente ou fundamentalmente financeira. Se a ajuda financeira é útil e importante, é-o ainda mais a cooperação dos técnicos, a instalação de laboratórios, e os equipamentos fornecidos directamente pelo país ou organismo cooperante.

Não se falou, até este momento, de televisão Escolar e Educativa. No entanto seria do maior interesse a instalação de uma rede de televisão para todo o Timor-Leste, com esse fim. Desconhecemos o preço por que pode ficar um tal projecto que, só por si, justificaria um estudo à parte. Deixamos aqui apenas a referência a esse instrumento da técnica moderma que poderia facilitar imenso e revolucionar o ensino em Timor.

3, 6 - 3.6 - PROGRAMAS EDUCATIVOS DE RÁDIO

Enquanto não for possível o funcionamento de Televisão Escolar e Educativa, será, concerteza, viável, criar um programa educativo de rádio. Aliás um tal programa existiu em Timor até há pouco tempo. Simplesmente para o tornar mais ouvido , e por isso mais eficaz, convinha que houvesse em cada escola um posto de rádio de pilhas, relativamente pequeno, mas suficientemente potente para ser ouvido por um grupo relativamente numeroso de pessoas ao mesmo tempo.

Falou-se no princípio do ano lectivo, na hipótese de cada escola comprar um rádio com o dinheiro da caixa escolar (que daria também para comprar pilhas). Talvez seja de dar execução à ideia, a menos que algum país estrangeiro esteja à disposição de oferecer cerca de 650 a 700 receptores. Supondo que cada rádio custasse cerca de 2 contos, este empreendimento representaria um valor de aproximadamente de 1.400 contos, que ainda não tinham sido pedidos, mas que aqui ficam registados.

Lembra-se que, para maior parte da população, e nomeadamente para a grande maioria das escolas, o rádio representa a unica possibilidade de contacto frequente com o exterior. Se ao menos os professores das escolas do interior ouvissem semanalmente os programas educativos da rádio, poder-se-ia muito màcilmente divulgar noções de pedagogia, técnicos didáticas, noções de higiene e de agricultura, informações sobre programa, etc. etc. Seria de certo modo, uma reciclagem a distância, além de ser para os monitores do interior, um útil contacto com o português tal como se fala em Dili ou em Portugal.

Um tal programa serviria também para dar conhecimento às pessoas que do interior escrevem para os Serviços de Educação se as suas cartas chegaram ou não ao seu destino e se os Serviços de Educação estão ou não a tratar dos assuntos nelas referidos.

Consideramos por isso de grande importância a criação dum novo programa educativo de rádio, e julgamos ser de grande interesse o apetrechamento de cada escola ou posto escolar do interior com um posto receptor de rádio.

Estes programas, embora de particular interesse para os profesores do ensino primário e monitores escolares, teriam também utilidade para todos os que têm responsabilidades no ensino e educação, para os pais das crianças, para os jovens, etc.

4- TAREFAS A REALIZAR

As principais tarefas a realizar, a curto prazo, com vista à reestruturação do ensino, são as seguintes:

1- Reciclar os Agentes do Ensino Primário;

2- Preparar e reciclar Professores do Ciclo Preparatório

3- Adquirir e trazer para Timor livros didáticos e técnicos e outro material didático, com vista à elaboração de novos programas e livros de textos.

4- Conseguir Equivalência do plano de estudos proposto pelo GCRET aos correspondentes da Metrópole;

5- Arranjar professores metropolitanos do ensino secundário para vir para Timor leccionar no próximo ano escolar;

6- Construir e equipar as salas de Artes e Ofícios dos Ciclos Preparatórios

7- Elaborar novos programas

8- Redigir e preparar novos livros de texto

9- Procurar obter o apoio técnico, económico e financeiro de organismos internacionais e nações estrangeiras, para os objectivos referidos em 3, 5, relacionados nomeadamente com os cursos complementares da Escola Politécnica e da Escola de Magistério.

10- Divulgar as propostas do GCRET entre a população de Timor.

Prevê-se fazer a reclinagem dos agentes do ensino primário em duas fases. Na primeira fase, haveria um curso de 8 semanas, para reciclar cerca de 240 professores de posto (incluindo os actuais finalistas da Escola "Engº Canto Resende") e professores catequistas. O curso seria dado, principalmente por professores a vir de Portugal para o efeito, sendo os professores de posto divididos em 10 turmas de cerca de 24 cada. A programação seria sensívelmente a seguinte:

Total de horas do curso	Horas por semana	Assuntos	Nº de professores		Horas por semana e por professor
			Existentes em Timor	a vir de Portugal	
32	4	Higiene e Saúde Pública	-	2	20
24	3	Educação Agrícola	1	1	15
16	2	Alfabetização (método de Paulo Freire	-	1	20
16	2	Metodologia de História e de Geografia. História e Geografia de Timor	1	-	20
16	2	Didática de Português	-	1	20
16	2	" de Matemática	-	1	20
16	2	" de Desenho	-	1	20
16	2	" da Educ. Musical	-	1	20
16	2	Jogos e Educ. Física	-	1	20
8	1	Pedagogia	-	1	10
8	1	Psicologia do Desenvolvimento	-	1	10
16	2	Conferência e Filmes	-	-	-
200	25	Total	3	11	-

Depois de feita esta reciclagem far-se-ia, na sede de cada concelho, a reciclagem dos monitores escolares. A reciclagem ficaria a cargo dos melhores professores de posto já reciclados.

Põe-se a hipotese de, simultaneamente com esta 2ª fase, reciclar também, em Díli, os actuais monitores auxiliares (cerca de 539). Findo o curso passariam a monitores escolares.

Para a preparação e reciclagem de professores do ciclo preparatório e do magistério para cursos de preparação de alfabetizadores (método de Paulo Freire), para colaborar na elaboração dos novos livros escolares, etc, prevê-se que serão necessários, aproximadamente, os seguintes professores:

Professores existentes em Timor	Professores a vir de Portugal	Especialidades
-	1	Alfabetização (método de Paulo Freire)
-	1	Didática de Português (do Ciclo Preparatório)
1	1	Inglês e Didática de Inglês
-	1	História (Metodologia e Didática)
-	1	Didática de Ciências Física Geog. Naturais (ciclo)
-	1	Didática Matemática
-	1	Didática de Desenho
-	1	Psicologia Infantil
-	-(2)	Pedagogia e Psicologia do Desenvolvimen (já incluídos na quadro anterior).
-	1	Trabalho Social de Grupos (Assistente Social)
-	1	Jogos e Educação Física
1	1?	Educação Musical (Didática)
2	10 a 11	Total

No total, seria necessário trazer de Portugal cerca de 20 a 22 técnicos docentes. A maior parte viria apenas por 10 semanas (2 meses e meio). Alguns ficariam, quer para acompanhar a 2ª fase de reciclagem, quer para colaborar na redacção dos novos livros de texto quer para ficarem a dar aulas no ensino secundário durante todo o próximo ano lectivo.

Com o objectivo de adquirir e trazer para Timor livros de consulta, e material didático destinado à elaboração de novos programas e novos livros, por um lado, e de conseguir a vinda dos técnicos docentes, referidos por outro lado, e de com eles preparar os cursos de reciclagem em Portugal, torna-se necessário que dois membros do GCRET se desloquem quanto antes à Metrópole, consoante foi já solicitado, em 14 de Abril, ao Governo de Timor.

Para se poderem fazer as reciclagens referidas e elaborar novos livros do texto, era conveniente atrasar de alguns meses o começo das aulas no próximo ano lectivo. A fim de tomar possível aos estudantes e professores de Timor contuinuar estudos em Portugal no ano lectivo seguinte, o próximo ano lectivo não deverá terminar depois de meados de Setembro. E para isso o ano escolar deverá talvez começar em Dezembro. Se admitirmos um encurtamento do próximo ano lectivo, talvez as aulas passam mesmo começar no princípio de Janeiro de 1976, e acabar em meados de Agosto, para os exames estarem terminados em meados de Setembro. (Notar que este ano lectivo as aulas começaram em 7 de Novembro, no ensino secundário e para já está previsto que terminem em 14 de Junho).

Um factor que terá bastante influência no início das aulas é a montagem, ou não, em Timor, de uma tipografia com a capacidade de imprimir e encadernar 300 livros por hora e 60 milhões de páginas por ano. Oportunamente chamamos a atenção para a importância duma tal tipografia, que vai condicionar a possibilidade de imprimir ou não os novos livros, a tempo das aulas poderem começar em Dezembro. Quanto às reciclagens, se começarem em princípios de Agosto, poderão terminar em fins de Novembro.

Finalmente importa que o Governo de Timor se pronuncie dentro de breve espaço de tempo sobre a aprovação ou não das propostas apresentadas. Reveste-se de particular urgência tudo o que se refere ao Ensino Primário, ao Ciclo Preparatório e aos correspondentes cursos de reciclagem.

Para a execução do projecto apresentado o GCRET pensa que seria necessário criar uma Comissão Executora da Reestruturação do Ensino em Timor (CERET) com cerca de 8 membros, a qual poderá incluir ou não incluir algum membro do GCRET conforme o Governo julgue mais conveniente.